

V i d á l i a

Boletim da Associação Ecológica Amigos dos Açores

nº 20

•

2003

- O Mocho
- Clube da Terra
- Incineração de Resíduos
- Direitos dos Animais
- Estagiar-L



Sumário

Editorial	3
O Mocho	4
Participação dos Amigos dos Açores na VIII Marcha Nacional de Veteranos	5
Clube da Terra	6
Investigar o Ambiente nos Açores	6
A Incineração de resíduos	8
Estagiar - L	14
Bem Estar Animal - A Incúria do ICN?	16
Código Europeu de Ética do Bom Caminhante	17
Publicações e Materiais para venda	18
Novos Sócios	19
Boletim de Inscrição	19
Humor Verde	20

www.virtualazores.com/amigosdosacores
e-mail: mop88258@mail.telepac.pt

Tel. 296 498 004
Fax 296 498 006

ÓRGÃOS SOCIAIS PARA 2003-2004

DIRECCAO *Presidente*

Teófilo José Soares de Braga
Secretário
Francisco Manuel Sousa Botelho
Tesoureiro
Mário José Coelho Furtado
Vogais
Maria Manuela Borges Livro
Maria Judite Barros da Costa
Cardoso
Suplentes
Lúcia Maria Oliveira Ventura
Gilberto Manuel Gaspar Cardoso

CONSELHO FISCAL *Presidente*

Paula Cristina Medeiros Santos
Secretário
Eduardo do Jesus Santos
Vogal
George Robert Eyre Hayes
Suplentes
António Onofre Costa Miranda
Soares
Vasco Amândio Botelho

ASSEMBLEIA GERAL *Presidente*

João Carlos Carreiro Nunes
Vice-Presidente
Luís Fernando Miranda Guimarães
Secretário
Luís Filipe Dias Silva
Suplentes
Maria do Carmo Melo Moreira
Rodrigo João Medeiros de Sousa

Sede Social

Está instalada no edifício da Junta de Freguesia do Pico da Pedra, Avenida da Paz, 14. Ali se encontram todas as publicações editadas e uma biblioteca especializada na temática ambiental. Os interessados poderão visitá-la todos os dias úteis das 9h às 12h e das 13h às 17h. Aconselha-se a marcação da visita. Contacto: Carla Oliveira, Tel. 296 498 004

Vidália

Boletim da Associação Ecológica
Amigos dos Açores

Distribuição gratuita
entre os sócios

Os artigos são da responsabilidade dos autores e não representam obrigatoriamente a posição oficial da Associação.

É permitida a reprodução e transcrição, desde que citada a fonte e o autor

Apoio
Direcção Regional do Ambiente

Execução Gráfica e Impressão
EGA
Empresa Gráfica Açoreana, Lda.

Este segundo número do boletim Vidália, editado em 2003, tem como tema principal o dos resíduos sólidos urbanos que, sobretudo em São Miguel, é um dos grandes problemas ambientais sem solução à vista.

Por um lado, a qualidade de vida, nesta sociedade consumista, em que vivemos, é erroneamente identificada com quantidade de objectos consumidos (e postos fora) pelo homem e, por outro lado, parece que, de propósito, nada de significativo tem sido feito para educar o consumidor e para incentivar a redução, a reutilização e a reciclagem dos resíduos.

Continuamos, neste número, a divulgar a nossa fauna, através de um artigo sobre o mocho, a nossa única ave de rapina nocturna que, devido ao seu regime alimentar, desempenha um papel fundamental no equilíbrio biológico.

As experiências vividas pelos nossos associados são transmitidas, neste número, através de dois artigos. Um de Daniel Melo a relatar a sua participação, de 3 a 5 de Outubro último, na VIII Marcha de Veteranos, realizada, pela primeira vez, no Concelho de Sintra e outro de Paula Tavares, a dar conta do que serão as actividades do Clube da Terra, da Escola BI Cardeal Costa Nunes, da Ilha do Pico.

A forma como decorreu o encerramento do denominado Parque Zoológico da Batalha mereceu, por parte da nossa associação,

uma tomada de posição, criticando o modo como o processo decorreu e exigindo o apuramento de responsabilidades. Neste número divulgamos o comunicado que, na altura, foi divulgado pela Comunicação Social.

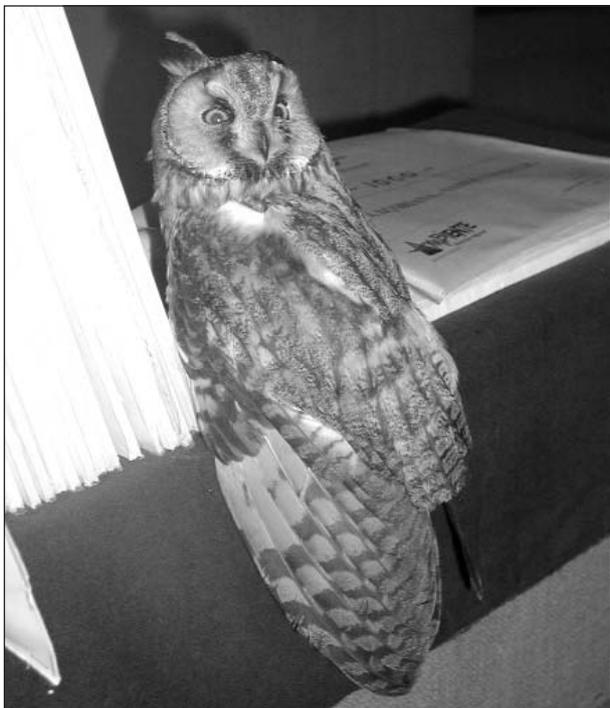
Por último, achamos importante deixar aqui registada a experiência das jovens recém licenciadas, Luísa Cosme e Rafaela Anjos, que estiveram a estagiar, no âmbito do Programa Estagiar-L, da Direcção regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional, de Janeiro a Junho de 2003, na nossa associação.

TB



O Mocho

Manuela Livro



NOME VULGAR: Mocho

NOME CIENTÍFICO: *Asio otus*

HABITAT:

O mocho é uma ave de rapina nocturna e vive sobretudo em zonas rurais onde pode encontrar mais facilmente o seu alimento. Existe em todas as ilhas dos Açores, excepto nas Flores e no Corvo.

ASPECTO EXTERIOR:

Tem um tamanho médio, com 90 cm de envergadura.

A parte superior do seu corpo é castanha com malhas claras e escuras.

O peito é castanho amarelado com malhas castanho escuro.

O bico é preto e curvo.

Os olhos são cor-de-laranja.

As patas são castanho- amareladas e com garras fortes para segurar a presa.

LOCOMOÇÃO:

Desloca-se, sobretudo, voando e para isso utiliza as suas potentes asas.

ALIMENTAÇÃO:

Alimenta-se essencialmente de ratos, mas também de insectos e algumas espécies de aves.

REPRODUÇÃO:

Entre Março e Abril o mocho emite sons que podemos considerar de “grito pré-nupcial”.

Faz o seu ninho geralmente nos bosques, em buracos de árvores e, às vezes, nos ninhos de outras espécies de rapinas.

Põe 4 a 5 ovos brancos.

O período de incubação é de 27 a 28 dias e as crias nascem penugentas.

CUIDADOS COM AS CRIAS:

As crias ficam junto dos pais até ao principio do Outono.

São alimentadas pelos progenitores até Agosto, passando, a partir dessa altura, a aprender a caçar.

CURIOSIDADES:

. Os mochos são úteis para o controle de ratos já que estes são o seu alimento preferido.

. O mocho caça as suas presas ao cair da noite e aproveita a pouca luz que ainda existe para capturar os ratos.

COMO PODES PROTEGÊ-LO:

- Não destruas os seus ninhos.
- Passa a informação aos teus familiares e amigos e conta-lhes o que aprendeste sobre a vida destes animais.

BIBLIOGRAFIA

- . BANNERMAN, David Armitage, BANNERMAN, W. Mary – *A History of the Birds of Azores*, Vol. 3. Edinburg: Oliver and Boyd Ltd., 1966.
- . LAMBERT, L., PEARSON, A. – *Aves de Portugal e da Europa*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 1995.

Participação dos Amigos dos Açores na VIII Marcha Nacional de Veteranos

Decorreu, no final de semana, de 3 a 5 de Outubro último, a VIII Marcha de Veteranos, pela primeira vez no Concelho de Sintra, pois os eventos anteriores tiveram sempre lugar no Norte do País.

Esta Marcha foi Organizada pela Federação Portuguesa de Campismo e do CIMO – Clube Ibérico de Montanhismo e Orientação, com sede em Almada. Contou com a participação de 150 Montanheiros de 22 clubes. A nossa Associação esteve representada e foi muito acarinhada por todos.

No dia 4 de Outubro, inaugurou-se o novo percurso pedestre denominado por GR11-E9, onde foram oradores o já conhecido amigo Joaquim Gonçalves, que participou com o seu pulver azul com o logotipo dos Amigos dos Açores, e a Dr.^a Teresa Ramilo da C.M. de Sintra, responsável pelo sector Desportivo, do Concelho.

Este novo Percurso tem início na Serra de Sintra, na localidade de Azoia, entre o Cabo da Roca e Colares, subindo pela orla marítima do oeste numa distância de 11 km, passando pela Praia Grande. Aqui, numa ravina, podem ser observados vestígios de pegadas de Dinossauros, em muito bom estado de conservação e de alto interesse científico, englobados no Parque natural de Sintra. Continuamos para a Praia das Maças, onde fizemos uma breve paragem para almoçar, seguindo depois para a localidade

aprazível de Azenhas do Mar, envolta em muita vegetação endémica característica do litoral português, terminando na Praia do Magoito. De seguida fomos transportados em 4 autocarros de turismo pertencentes a juntas de freguesias das redondezas para o acampamento em Odrinhas, onde também estava o Secretariado da Organização. À noite houve um jantar convívio bastante participado. Recebemos o troféu do clube, que veio de mais longe para participar.

No dia 5 de Outubro, foi efectuada o Percurso PR2 em volta da Serra de Sintra, com uma duração de 2 horas de caminhada, logo depois procedeu-se ao encerramento das actividades.

Aproveito esta oportunidade para encorajar mais companheiros da nossa Associação a participarem em eventos do género a nível nacional, porque há muito poucos que nos conhecem e esta é uma forma de dinamizar o pedestrianismo na nossa terra.

Aqui fica um desafio: Vamos Organizar o **Iº Encontro de Montanheiros nos Açores**, a data prevista para o evento será para a Primavera de 2005 e terá um âmbito a nível ibérico. Precisam-se de ideias e gente com vontade de realizar algo inovador.

Daniel Melo

Email: Azimute@hotmail.com



Clubes Escolares

Clube da Terra

O Clube da Terra da Escola Básica Integrada/Secundária da Madalena do Pico, criado no ano lectivo de 1998/1999 e após um ano de interrupção de actividade (2002/2003), promete dar que falar.

Este ano lectivo, o Clube da Terra, que conta com a participação de 20 alunos, sob a coordenação de uma professora do 8º Grupo A, apresenta um programa bastante diversificado, que inclui actividades de ar livre, como passeios pedestres, e visitas de estudo e actividades artísticas, como a criação do logotipo do clube, a elaboração de cartazes e textos variados, alusivos ao Ambiente e ainda a realização de *sketches* dramáticos.

Assim, uma das actividades do Clube a desenvolver nos meses de Outubro e Novembro, em colaboração com a Associação Ecológica Amigos dos Açores, é a participação no projecto de âmbito europeu *Coastwatch Europe*, que será realizado pela primeira vez numa escola do Pico.

Atendendo à crescente relevância que o Ambiente assume nos currículos escolares, o Clube da Terra tem como objectivos promover a formação e a educação ambientais, alertando a comunidade escolar e local para a preservação dos habitats naturais terrestres e marinhos e para a conservação e recuperação das zonas protegidas dos Açores; aprofundar o conhecimento da flora e fauna endémicas; estimular a

prática do pedestrianismo; criar hábitos sadios de convívio e de contacto com a natureza.

Se é fundamental desenvolver a consciência ambiental na população, não é mais certo que a realização, interdisciplinarmente, de actividades de promoção do Ambiente, levadas a cabo pelo Clube da Terra, será um contributo imprescindível para toda a comunidade.

Paula Tavares

Madalena, 13 de Outubro de 2003



Contributo Jovem

Investigar o Ambiente nos Açores: Missão Internacional 2003

Sendo um projecto europeu de Educação Ambiental, promovido pela Associação Bandeira Azul da Europa, Secção Portuguesa da FEE (Foundation for environmental education), o projecto Jovens Repórteres Para o Ambiente caracteriza-se por aliar investigação, ambiente,

jornalismo e novas tecnologias.

No contexto deste projecto, foi realizado, no passado mês de Setembro uma missão internacional, que, tendo como palco a bela ilha de São Miguel, reuniu um grupo de jovens oriundos de Escolas Secundárias (e Profissionais)

dos mais diversos pontos de Portugal e Irlanda. Estes, tendo em comum o interesse pelas temáticas ambientais, funcionaram durante uma semana como verdadeiros “enviados especiais”, percorrendo a ilha de lés a lés e relatando tudo aquilo que lhes parecia oportuno.

Esta aventura começou no dia 13 com a chegada dos participantes à ilha, todos ainda um pouco tensos e envergonhados, mas, com o passar das horas, o gelo foi-se quebrando e, no final do dia, já todos estávamos integrados e prontos para aquilo que se iria revelar uma das mais proveitosas e divertidas semanas das nossas vidas.

No dia seguinte, logo pela manhã, foi feita a recepção oficial e pouco depois partimos na companhia do Dr. Teófilo de Braga, para um percurso pela ilha, que nos introduziu, *in loco*, as temáticas que iríamos abordar nos dias seguintes. Ao longo de todo o percurso o espanto pelas belezas da ilha e pelas suas particularidades foi geral, contudo alguns dos problemas ambientais não tardaram a se fazer notar.

As vertentes das encostas pintadas pelo amarelo das flores das conteiras foram referidas em quase todos os artigos elaborados nessa noite. Esta planta herbácea é considerada uma das infestantes mais bem sucedidas de todo o mundo. Reproduzindo-se sem limitações, esta espécie (à semelhança de todas as outras invasoras) põe em perigo a sobrevivência das espécies indígenas, sobretudo as endémicas, que são extremamente vulneráveis a perturbações no seu habitat, razão pela qual as espécies invasoras são, actualmente, uma grave ameaça para a biodiversidade do planeta. O combate a estas deverá ser entendido como uma prioridade em qualquer estratégia de conservação da natureza.

Outro grave problema ambiental, que não passou despercebido, foi o da eutrofização das lagoas, salientando-se o estado avançado deste processo na lindíssima Lagoa das Sete Cidades. A eutrofização é um processo que provoca a ausência de oxigénio na água, eventualmente levando à morte das espécies marinhas aí presentes.

Os despejos de fertilizantes decorrentes das actividades agro-pecuárias, ricos em matéria orgânica, levaram à manifestação de um dos fenómenos científicos mais problemáticos dos últimos anos: as cianobactérias. Quem visita a Lagoa das Sete Cidades não fica indiferente ao extenso tapete de algas verdes que se avista ao

longe. Esse tapete nada mais é que cianobactérias, microrganismos que consomem toda a matéria orgânica e oxigénio existente na água, destruindo assim todos os outros microrganismos presentes na mesma.

Os dias e os passeios multiplicaram-se, e no final da semana, já muito tínhamos visto e relatado. Num destes passeios tivemos a oportunidade de visitar aquele que é, sem dúvida, um dos locais mais bonitos da ilha, a Caldeira Velha, onde passamos uma memorável tarde em pleno contacto com a natureza. Um outro momento, que muito dificilmente se apagará das nossas memórias, é o da observação de cetáceos, a multiplicidade de sensações que sentimos é-me difícil de descrever.

Os dias passaram e quase sem nos darmos conta já estávamos a trocar números de telefone e moradas, mergulhados numa enorme sensação de nostalgia e de dever cumprido.



Esta foi, sem dúvida, uma das experiências mais enriquecedoras com que já fui prendado e não poderia de forma alguma acabar este artigo sem demonstrar o meu mais profundo agradecimento a todos aqueles que possibilitaram esta missão, em especial à Secretaria Regional do Ambiente dos Açores e à Associação Ecológica Amigos dos Açores pelos excepcionais anfitriões que demonstraram ser e por todas as explicações e material que nos cederam, e claro está, à Margarida, ao Pedro e à Renata pelo seu empenho na realização missão, pela sua constante preocupação com o nosso bem-estar e acima de tudo pela sua personalidade e maneira de estar na vida. A Todos um muito Obrigado por tudo e espero ter a oportunidade de os voltar a visitar em breve.

Ricardo Rocha
Samuel Pires

A INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS: uma tecnologia a desaparecer

Adaptado de um Relatório elaborado pela Aliança Global de Alternativas às Incineradoras

Sumário

As incineradoras são um método obsoleto e insustentável de lidar com os resíduos. À medida que a oposição global à incineração continua a crescer, estão a ser desenvolvidas e adoptadas em todo o mundo filosofias e práticas inovadoras para uma gestão sustentável de resíduos.

Secção 1: Os problemas da incineração

A **secção 1** lida com os problemas da Incineração de resíduos: descargas de poluentes, tanto para o ar como para outros meios; custos económicos e custos de emprego, perda de energia, insustentabilidade e

incompatibilidade com outros sistemas para a gestão de resíduos. Também lida com os problemas específicos dos países do Sul.

As dioxinas são os principais poluentes associados às incineradoras. Estas são as causadoras de uma grande variedade de problemas de saúde que incluem o cancro, danos no sistema imunitário, problemas reprodutivos e de desenvolvimento. Esta tecnologia é a principal fonte de dioxinas a nível mundial.

As incineradoras são a maior fonte de poluição por mercúrio, sendo a sua contaminação de vasto alcance, prejudicando tanto as funções motoras, sensoriais como cognitivas. São também uma fonte significativa de polui-



ção por metais pesados tais como o chumbo, cádmio, arsénico, crómio e berílio.

Outros poluentes que causam preocupação incluem hidrocarbonetos halogénicos, gases ácidos, que são precursores da chuva ácida; partículas que prejudicam as funções pulmonares e gases que provocam o efeito de estufa. Contudo, a caracterização das descargas de poluentes das incineradoras ainda está incompleta; existem nas emissões gasosas e nas cinzas, muitos componentes não identificados.

Os operadores das incineradoras afirmam muitas vezes que as emissões estão sob controle, mas as evidências indicam que este não é o caso.

A Incineração de Resíduos: Uma Tecnologia a Desaparecer, porquê?

Primeiro, para muitos poluentes, tais como as dioxinas, qualquer emissão adicio-

nal é inaceitável; **segundo**, a verificação das emissões é irregular e bastante imperfeita, deste modo não são verdadeiramente conhecidos os actuais níveis de emissões; **terceiro**, a informação existente indica que as actuais incineradoras são incapazes de satisfazer o actual padrão regulamentar.

Quando o equipamento para o controle de poluição funciona, remove os poluentes do ar, concentrando-os nas cinzas soltas, criando um fluxo perigoso de resíduos tóxicos, que necessita de um tratamento adicional. Deste modo o problema da libertação de poluentes não está resolvido; os poluentes são simplesmente transferidos de um meio (ar) para outro (sólido ou água). As cinzas libertadas pelas incineradoras são bastante perigosas e são muitas vezes mal reguladas. Nem mesmo os aterros sanitários são seguros, porque deixam passar substâncias perigosas; em alguns

Continua 



lugares, as cinzas estão expostas ao ambiente ou até espalham-se por áreas residenciais ou áreas de produção alimentar.

As incineradoras estão, muitas vezes, situadas em redor de populações minoritárias, de baixo rendimento, com a alegação de que estes sectores da população, politicamente fracos, serão menos capazes de resistir-lhes. Isto é uma violação dos princípios básicos da justiça ambiental.

As incineradoras modernas são, de longe, a abordagem mais dispendiosa para a gestão de resíduos, só os custos da sua construção podem chegar a centenas de milhões de dólares americanos. Os custos do edifício e do funcionamento da incineradora são, inevitavelmente, suportados pelos cidadãos. As empresas que disponibilizam as incineradoras têm inventado vários esquemas complicados de financiamento, para conseguirem o apoio do governo, em pagamentos a longo prazo, o que várias vezes provou ser desastroso para os governos locais. Muitas cida-

des, nos Estados Unidos, endividaram-se devido às suas incineradoras.

As incineradoras criam, de longe, menos empregos por tonelada de resíduos do que as tecnologias alternativas e práticas, como a reciclagem. Geralmente, também, substituem o trabalho em rede de reciclagem informal, já existente, causando dificuldades adicionais ao mais pobre dos pobres.

Esta tecnologia é, muitas vezes, conhecida como produtora de **Energia**, visto poder produzir electricidade. No entanto, uma análise detalhada do ciclo de actividade revela que as incineradoras gastam mais energia do que produzem. Isto porque os produtos, que são incinerados, deverão ser substituídos por novos produtos. Extrair e processando materiais virgens, transformando-os em novos produtos, gasta-se muito mais **Energia** (causando também mais danos ao ambiente) do que produzir materiais reciclados.

A maior parte da história da Incineração



de resíduos passa-se nos países do Norte. Os contextos dos países do Sul são capazes de ser ainda mais problemáticos para a implementação desta tecnologia. Com efeito, a falta de capacidade de monitorizar significa que no Sul as incineradoras poluirão mais do que no Norte. Problemas administrativos, tais como orçamentos incertos e a corrupção, podem interferir com a manutenção necessária. As diferentes condições físicas, como o tempo, e as características dos resíduos podem tornar as operações de controle difíceis ou até mesmo impossíveis.

Finalmente, deve ser entendido que as incineradoras são incompatíveis com outras formas de gestão de resíduos. Com efeito a incineração subestima a ética de separação na fonte.

Incineração de Resíduos: Uma Tecnologia a Desaparecer Porquê?

Secção 2: Alternativas

A **secção 2** apresenta algumas alternativas à Incineração. Os aterros sanitários não são uma alternativa viável, visto serem insustentáveis e problemáticos para o ambiente. As alternativas devem atacar, de preferência, a noção completa da deposição de resíduos, reciclando todos os materiais descartáveis, processo muito favorável para a economia do Homem ou mesmo para a Natureza, atenuando, deste modo, a pressão sobre os recursos naturais.

Em vez de se assumir que a sociedade produzirá uma quantidade de resíduos cada vez maior, deve-se dar prioridade à redução dos resíduos. Estes devem ser separados, para que cada fracção possa ser transformada em adubo ou reciclada, em vez do actual sistema de despejo de resíduos misturados. As indústrias também poderão voltar a “desenhar” os seus produtos para facilitar a reciclagem.

A não selecção dos resíduos municipais destrói muito do seu valor. Os resíduos orgânicos contaminam os resíduos recicláveis e os tóxicos destroem a utilidade de ambos.

Os programas para a gestão de resíduos municipais devem estar adaptados às condições locais para terem sucesso. Particularmente, os programas do Sul não devem seguir exactamente o modelo dos do Norte, porque existem diferenças nas condições físicas, económicas, legais e culturais. Especialmente no Sul, o sector informal (lixeiros ou varredores de ruas) são componentes significativas de um sistema para o tratamento do lixo já existente e o melhoramento das suas condições de trabalho deve ser a componente central de qualquer sistema municipal para a gestão de resíduos. Um exemplo de grande sucesso é o do Zabbaleen, no Cairo, onde organizaram, por si próprios, um sistema de recolha e reciclagem de lixo que desvia 85% do lixo recolhido e, concomitantemente, emprega 40.000 pessoas.

Geralmente quer no Norte, quer no Sul, os sistemas para a gestão de resíduos orgânicos são os componentes mais importantes de um sistema municipal para gestão do lixo. Os resíduos orgânicos deviam ser transformados em adubo, vermiadubo ou servir de alimento para animais, reconduzindo, assim, para o solo, os seus nutrientes. Isto também assegura uma corrente de produtos recicláveis não contaminados. Por seu lado, a reciclagem cria mais empregos por tonelada de lixo do que qualquer outra actividade, produzindo uma variedade de materiais que pode servir de matéria prima para a indústria.

No entanto, a maior barreira para a reciclagem, neste momento, é o facto da maioria dos produtos não serem feitos para serem reciclados, no final do seu tempo de uso. A **Responsabilidade Alargada do Produtor** é uma política de abordagem que requer que os produtores levem de volta os seus produtos e embalagens. Isto dá-lhes a iniciativa necessária para que voltem a “desenhar” os seus produtos com tempo de uso, recicláveis e sem materiais perigosos

Por um lado, banindo o uso de determinados produtos e, por outro, obrigando as indústrias a procederem a alterações nos produtos que fabricam e, ainda, procedendo à sua **transformação** em adubo e à sua reciclagem, é possível

Continua 

afastar a maior parte do lixo municipal, para longe dos aterros sanitários e da incineração. Muitas comunidades têm alcançado taxas de desvio de 50% e até valores mais elevados, com o intuito de alcançar o estatuto de **Lixo Zero**.

Os centros de saúde e hospitais são uma fonte significativa de produção de resíduos. É essencial um sistema rigoroso para a separação do lixo, para que a pequena percentagem de resíduos potencialmente infecciosos ou químicos perigosos fiquem separados dos resíduos gerais.

Os resíduos potencialmente infecciosos necessitam de tratamento e despejo. Para a sua desinfecção, estão disponíveis várias tecnologias. Estas, geralmente não são dispendiosas, são tecnicamente menos complicadas e menos poluidoras do que as incineradoras.

Nestes mesmos locais (hospitais e centros de saúde), são produzidos, em pequenas

quantidades, uma grande variedade de resíduos químicos perigosos, incluindo produtos farmacêuticos. Alguns, tal como o mercúrio, deviam ser eliminados através de mudanças na sua aquisição; outros podem ser reciclados e o restante deve ser cuidadosamente recuperado e devolvido ao fabricante. Casos estudados mostram como estes princípios resultam em ambientes bastante variados, tais como numa pequena clínica de maternidade, na Índia ou num grande hospital urbano nos Estados Unidos.

Os resíduos industriais não têm a tendência de ser tão variados como os resíduos hospitalares ou municipais, mas muitos destes são quimicamente perigosos (tóxicos). A **Produção Limpa** é uma nova abordagem à indústria, que, procura eliminar produtos secundários tóxicos (perigosos), reduzir totalmente a poluição, criar produtos e subsequentes resíduos que sejam seguros dentro dos ciclos ecológicos.

Os Princípios da Produção Limpa são:



Princípio da Precaução, o qual invoca a precaução face a uma incerteza científica;

Princípio da Prevenção, que diz que é melhor prevenir o mal do que remediá-lo;

Princípio da Democracia, que diz que todos afectados por uma decisão têm o direito de participar na sua resolução;

Princípio Holístico, que requer uma abordagem integrada para a tomada de decisões referentes a questões ambientais.

Para a implementação da “**Produção Limpa**”, estão a ser empregues uma variedade de instrumentos como medidas políticas, tais como o direito à informação, a reforma dos impostos e o apoio das Nações Unidas às empresas que implementam a **Produção Limpa**.

A **Produção Limpa** não pode responder ao problema dos resíduos perigosos já existentes, amontoados ou armazenados, os quais necessitam, de alguma forma, de tratamento. Alguns programas estão a desenvolver tecnologias destinadas a solucionar este problema. Os padrões estabelecidos para estas tecnologias são

- alta eficiência destrutiva;
- controle de todos os produtos tóxicos;
- identificação de todos os produtos tóxicos;
- não ocorrência de emissões descontroladas.

Secção 3: Apagar as Chamas

A **Secção 3** discute a crescente rejeição à incineração por todo o globo. A oposição pública tem rejeitado muitas incineradoras propostas e já existentes e tem sido incorporada nas leis locais, nacionais e até internacionais. A resistência popular às incineradoras é global; centenas de organizações de interesse público, em vários países, estão empreendidas na luta contra a incineração e a favor de alternativas.

Nos Estados Unidos, interesses económicos e a notória crise dos aterros sanitários, em 1980, levou a um aumento súbito da construção de incineradoras. Mas este aumento súbito gerou um massivo movimen-

to de base, que anulou mais de 300 propostas para incineradoras municipais de resíduos urbanos. Os activistas lutaram por padrões de controle mais elevados nas emissões e na remoção de resíduos, o que, praticamente, provocou o fecho da indústria incineradora, no final do ano de 1990.

No Japão, o país do mundo onde é mais intensa a luta contra as incineradoras, a resistência à incineração é quase unânime, com centenas de grupos anti-dioxinas, operando em todo o país. Nos últimos anos, a pressão pública levou ao encerramento de mais de 500 incineradoras.

Na Europa, a resistência tem sido feita com a implementação de alternativas. Mesmo com o aumento da população, em algumas áreas a produção de resíduos tem diminuído. Como resultado, na Europa, há pouco mercado para novas incineradoras.

Em Moçambique, os cidadãos organizaram-se, superando diferenças de classe ou de cor, e formaram a primeira organização *indígena* ambientalista do país. A organização teve êxito na anulação de uma proposta para a incineração de pesticidas numa fábrica de cimento, situada na vizinhança de uma área residencial.

Noutros locais, os activistas tiveram de recorrer aos protestos e à acção directa para parar com a incineração. No entanto, a oposição pública tem vindo a ser cada vez mais manifesta através da Lei. Em 15 países, a jurisdição passou a proibir parcialmente a incineração e nas Filipinas a incineração foi totalmente banida.

Elaborado por Neil Tangri

GAIA Secretariat
Unit 320, Eagle Court
26 Matalino St., Quezon City Philippines
Phone: +632-9290376
Fax: +632-4364733

E-Mail: manny.gaia@no-burn.org

Website: www.no-burn.org

Estagiar-L

Luísa Cristina Cosme e Maria Rafaela Anjos

No âmbito do Programa Estagiar- L da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional, as Licenciadas Luísa Cristina Branco Cosme e Maria Rafaela Botelho dos Anjos efectuaram o seu estágio nos Amigos dos Açores – Associação Ecológica.

No âmbito do estágio, deu-se início aos trabalhos relativos à gestão do Inventário do Património Espeleológico dos Açores (IPEA), procedendo-se à recolha e organização de todo o material bibliográfico (notícias de jornais e da Internet, documentos bibliográficos e informativos, topografias e *croquis*) referente às grutas e algares existentes no Arquipélago. Fotocopiou-se todo o material e fez-se a respectiva identificação bibliográfica. A informação compilada foi lida e agrupada em pastas, correspondentes a cada uma das cavidades vulcânicas em causa.

Finda esta fase, iniciou-se uma leitura cuidada dos documentos, analisando e interpretando toda a informação, de modo a obter-se o maior número possível de dados para o preenchimento das Fichas de Inventário das Cavidades Vulcânicas dos Açores.

Com esta pesquisa pretendeu-se actualizar, também, as fichas existentes para cada cavidade vulcânica já conhecida, que depois de validada e uniformizada foi carregada na Base de Dados Informática do IPEA (desenvol-

vida por João Paulo Constância, dos Amigos dos Açores), possibilitando assim um melhor conhecimento deste Património Natural e a sua preservação, protecção e valorização, do ponto de vista turístico e pedagógico.

Procedeu-se igualmente à implantação das cavidades vulcânicas em cartas topográficas, de modo a obter-se as respectivas coordenadas geográficas, UTM e altitude, sempre que desconhecidas ou incongruentes.

Foram também realizadas digitalizações dos *croquis* e das topografias das cavidades, bem como o tratamento de imagens, de forma a toda esta informação ser introduzida na Base de Dados.

No âmbito das actividades do GESPEA (Grupo de Trabalho para o Estudo das Cavidades Vulcânicas dos Açores), participou-se na Campanha Bioespeleológica PICOSPEL 2003, que decorreu entre 30 de Março e 5 de Abril, na ilha do Pico, onde se fez o levantamento topográfico de grutas recentemente descobertas, sendo posteriormente realizada a respectiva



topografia e implantação em cartas de detalhe. A equipa de trabalho do Picospel 2003 foi constituída pelos membros da comissão executiva do GESPEA, os quais foram auxiliados por um elemento da Sociedade de Exploração Espeleológica “Os Montanheiros” (F. Pereira).

Foram também efectuadas diversas visitas de estudo à Gruta do Carvão, com várias escolas e instituições da ilha de São Miguel, num total de 273 visitantes, como demonstra a tabela abaixo.

Com estas visitas pretende-se dar a conhecer aos visitantes a importância das cavidades vulcânicas e suas formações geológicas, para a caracterização vulcanológica e geológica das nossas ilhas, bem como alertar para questões de educação ambiental, nomeadamente a preservação e a protecção destas cavidades.

Com o intuito de promover actividades de Educação Ambiental, os Amigos dos Açores coordenaram, em São Miguel, o projecto “Coastwatch Europe”, integrado num programa de âmbito europeu que visa a caracterização da orla costeira, através do preenchimento de um questionário. Deste modo, realizou-se a estatística dos questionários em causa, bem como a elaboração do relatório final do projecto na ilha de São Miguel, tendo sido publicado um excerto do mesmo no nº19 do Boletim Vidália.

No decorrer do estágio foi também dada uma contribuição na elaboração do Roteiro dos vários Percursos Pedestres, que tem por objectivo apresentar nove percursos existentes na nossa ilha, bem como alguns conselhos úteis a seguir ao longo dos mesmos.

Visando a realização de acções de sensibilização nas escolas, efectuaram-se diversas apresentações em Power Point, com conteúdos relacionados com a Gruta do Carvão, a Fauna e Flora dos Açores, o Dia Mundial da Energia e as Plantas Usadas na Medicina Popular da Ribeira Grande.



Foi também efectuada uma visita de estudo à Central Geotérmica da Ribeira Grande, com 11 alunos e uma professora da Escola Básica 2,3 de Velas, da ilha de São Jorge.

A coordenação das actividades do estágio foi assegurada por Teófilo Braga e João Carlos Nunes.

Tabela. Visitas de estudo à Gruta do Carvão

<i>Escola / Instituição</i>	<i>Número de Visitas</i>	<i>Número de Visitantes</i>
Escola Básica 3/S das Laranjeiras	4	115
Escola Profissional de Vila Franca do Campo	1	14
Escola Básica 3/S Domingos Rebelo	8	134
Instituto de Acção Social	1	10
Total	14	273

Bem Estar Animal – A incuria do ICN?

A 31 de Janeiro de 2000, a associação Amigos dos Açores tornou pública a sua preocupação relativamente à manutenção nas devidas condições de bem-estar e saúde, higiene, segurança, cuidados médico-veterinários e procedimentos *post-mortem*, não só do chamado Jardim Zoológico do Pico da Pedra, mas também face à possível criação de futuros Parques Zoológicos nos Açores.

Para os Amigos dos Açores, a eventual criação de Parques Zoológicos, no nosso arquipélago, deverá ser condicionada, cumulativamente, às seguintes condições mínimas:

- a. Estarem garantidas as condições de segurança para os visitantes, para os habitantes das vizinhanças e para os próprios animais;
- b. Estar assegurado que a observação diária, o maneo, a dieta e o tratamento médico veterinário seja feito por pessoal habilitado para tal e em número suficiente;
- c. Estarem salvaguardados todos os parâmetros de bem-estar para os animais (*alojamentos, factores do ambiente, enriquecimento do meio, agrupamento social, rotinas de maneo, alimentação e abeberamento, etc.*);
- d. Existir um programa pedagógico, dirigido para os visitantes e em especial para as escolas que tenha como conteúdos, entre outros, a biologia, a ecologia e a protecção das espécies existentes e dos seus habitats naturais;
- e. Existir um programa de conservação.

Temos conhecimento que algumas entidades alimentaram ilusões quanto a uma possível legalização do Parque Zoológico do Pico da Pedra. Além disso, o Instituto de Conservação da Natureza levou muito tempo a actuar. Mas, pior do que isto, quando

actuou terá feito com negligência, pois da acção resultou a morte de três dos quatro felinos apreendidos.

De acordo com a reportagem “Crime na Arca de Noé”, transmitida pela RTP1, a operação terá sido realizada por técnicos não qualificados, uma prática irregular, segundo a própria Ordem dos Médicos Veterinários, e ficamos a saber que o Jardim Zoológico de Lisboa infringiu a lei ao vender animais a um parque não legalizado.

A associação Amigos dos Açores solicita um esclarecimento público por parte dos Ministérios do Ambiente e da Agricultura e por parte da Secretaria Regional do Ambiente, que acompanhou a intervenção do ICN e exige que, depois de apuradas as responsabilidades, sejam punidos os responsáveis.

A Direcção dos Amigos dos Açores
Ponta Delgada, 23 de Setembro de 2003



Código Europeu de Ética do Bom Caminhante



Em muitos países existem normas de conduta para os passeios pedestres. Não é possível, nem é nosso desejo, uniformizar as mesmas. Estas normas têm-se vindo a desenvolver, ao longo de muitos períodos da história, e são, na sua maioria, baseadas na experiência e na prática. Por exemplo, nalguns países os passeios pedestres são realizados em grandes grupos, enquanto que noutros os pequenos grupos ou grupos de familiares são uma prática normal do pedestrianismo. Enquanto que, nalguns países, carregar grandes mochilas para percursos que duram dias são uma prática muito popular, noutros países, os passeios pedestres são de curta duração e apenas se carrega às costas o essencial. Nalguns países é obrigatório cingirmo-nos aos percursos assinalados, enquanto que noutros há toda a liberdade de fazer novos trajectos, percorrendo áreas desconhecidas.

O Código Europeu de Ética do Bom Caminhante não pretende substituir as normas ou procedimentos nacionais. O nosso propósito é delinear práticas universais adequadas de forma a proporcionar aos caminhantes um ponto de partida para se familiarizarem com os passeios pedestres noutros países europeus.

1. A nossa herança Europeia é vista como um tesouro dada a sua diversidade. O nosso objectivo é descobrir a Europa ao ritmo que mais se apropria aos seres humanos, nomeadamente caminhar.

2. Caminhar significa coisas diferentes consoante os países. Esta prática tem-se vindo a

desenvolver a nível de diferentes culturas. Gostaríamos de descobrir o que essa palavra significa naquele país, onde caminhamos e queremos respeitar esse conceito.

3. Queremos aprender quais são as regras de acessibilidade existentes naquela região onde pretendemos caminhar.

4. Gostaríamos de nos aproximar da natureza e da cultura com uma mentalidade aberta, tentando aprender sem preconceitos.

5. Quando caminhamos, respeitamos a propriedade alheia, evitando qualquer tipo de distúrbio e destruição. Não deixamos lixo nem desperdícios.

6. Queremos mostrar consideração pelos animais e pela vida selvagem e evitar perturbá-los no seu habitat natural. Deixamos flores e plantas onde elas crescem.

7. Todos têm o direito de usufruir os encantos/maravilhas da natureza. Devíamos evitar criticar outros caminhantes e utilizadores de percursos pedestres que, talvez, se regem por outras normas diferentes daquelas que trazemos do nosso país/região.

Walking Commission European Ramblers Association, 2002



Publicações e Materiais para Venda

LIVROS	PREÇO	Nº	Valor
Grutas, Algares e Vulcões	5,00 €		
Lagoas e Lagoeiros da Ilha de São Miguel	7,50 €		
Lagoas e Lagoeiros da Ilha de Ponta Delgada	7,50 €		
Paisagens Vulcânicas	5,00 €		
Borboletas Nocturnas dos Açores	2,50 €		
Moinhos da Ribeira Grande	2,50 €		
BROCHURAS			
Percurso Pedestre da Ribeirinha	1,00 €		
Percurso Pedestre do Salto do Cabrito	1,00 €		
Percurso Pedestre da Serra Devassa	1,00 €		
Percurso Pedestre do Pico da Vela	1,00 €		
Percurso Pedestre das Três Lagoas	1,00 €		
Percurso Pedestre Praia- Lagoa do Fogo	1,00 €		
Percurso Pedestre Pinhal da Paz	1,00 €		
Percurso Pedestre do Sanguinho	1,00 €		
Percurso Pedestre das Sete Cidades	1,00 €		
Percurso Pedestre das Quatro Fábricas da Luz	1,00 €		
Percurso Pedestre da Ponta da Madrugada	1,00 €		
Percurso Pedestre da Fajã do Calhau	1,00 €		
Percurso Pedestre das Furnas	1,00 €		
OUTROS MATERIAIS			
T-Shirt “Salvemos o Pombo Torcaz”	3,00 €		
T-Shirt “ Golfinhos”	4,00 €		
T- Shirt “Amigos dos Açores”	5,00 €		
Bonés “ Amigos dos Açores”	2,00 €		
Casacos para Protecção da Chuva	10,00 €		
Sweat- shirt “Amigos dos Açores”	12,50 €		
TOTAL			

Formulário de Encomenda

Por favor envie as quantidades acima assinaladas para o endereço:

Nome

Rua e nº

Código Postal

Nota: todos os pedidos deverão ser acompanhados do respectivo pagamento em cheque ou vale postal. Para o estrangeiro ao valor total deverá acrescentado 2 €

AMIGOS DOS AÇORES- Avenida da Paz,14 9600-053 PICO DA PEDRA

Telefones - 296 498 004 / 296 498 774 Fax - 296 498 006 E-mail - mop88258@mail.telepac.pt

Novos Sócios

Os **AMIGOS DOS AÇORES** são uma associação regional de defesa do ambiente, independente do poder político-económico e apartidária, que vem, desde 1985, trabalhando ininterruptamente a favor da conservação da maior riqueza dos Açores: o seu património natural.

Mas uma associação como esta, para desempenhar ainda melhor o seu papel, tem de continuar a aumentar a sua principal base de apoio: os seus associados.

Porque é fundamental contribuir para a garantia da existência de uma voz independente e firme na defesa do ambiente nos Açores, vimos convidá-lo(a) a aderir aos Amigos dos Açores, para tal basta preencher a ficha que junto enviamos e devolvê-la para:

AMIGOS DOS AÇORES
Avenida da Paz, 14
9600-053 PICO DA PEDRA

BOLETIM DE INSCRIÇÃO

SÓCIO Nº _____ QUOTA ANUAL: 10 € _____ Outro valor _____, _____ €
(quota anual + donativo)
NOME _____
MORADA _____
LOCALIDADE _____ CÓDIGO POSTAL _____
TELEFONE _____ PROFISSÃO _____
DATA DE NASCIMENTO ____/____/____ EMAIL _____
TIPO DE COLABORAÇÃO _____
DATA ____/____/____ ASSINATURA _____

• A associação passará recibo, como donativo, do contributo acima de 10 Euros, o qual poderá ser deduzido à colecta do ano para efeitos de IRS.

AO BANCO _____
Agência de _____

_____, ____ de _____ de _____

Exmos.Senhores,

Por débito na minha conta com o NIB _____ nesse Banco, solicito que transfiram para crédito da conta dos AMIGOS DOS AÇORES com o NIB 001200009399438830116 (Agência de Ponta Delgada do BANCO COMERCIAL DOS AÇORES), a importância de _____, _____ €, no primeiro dia útil de _____ de cada ano, até instruções minhas em contrário. Agradeço ainda que, ao efectuarem as transferências, indiquem sempre o nome completo e morada do ordenante. Esta ordem anula todas as eventuais anteriores.

De V.Exas.
Muito Atentamente

(nome completo)

(assinatura idêntica à existente no Banco)

HUMOR VERDE

